

AÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO NO NORDESTE: UM OLHAR DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA

Erinaldo Dias Valério
erinaldodiasufc@yahoo.com.br

Kyara Vasques Silva
kyaravasques@yahoo.com.br

Profª Dra Joselina da Silva
joselinajo@yahoo.com.br

Eixo temático: 1º A articulação política dos profissionais da informação em movimentos sociais.

Modalidade de apresentação: oral

Resumo

Aborda as ações do movimento negro no Nordeste a partir da percepção dos estudantes do curso de Biblioteconomia. Objetiva traçar um perfil demográfico destas iniciativas, na região Nordeste. Dois grandes marcos para instituição de conselhos que abordam a promoção da igualdade racial, no âmbito oficial, foram o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - SP, 1983 – e a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negra – RJ, 1991. A culminância destas criações foi em 2003, com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pelo governo federal. Ao longo da década de noventa, vários estados e municípios estabeleceram secretarias e ou conselhos voltados à implementação de políticas que contribuam para a destituição do racismo e da discriminação racial, em diferentes regiões do país. Neste sentido, temos este, como um dos modelos organizativos dos movimentos anti-racistas no país com ocorrências no interior das máquinas governamentais nas três esferas. Busca interpretar o significado da ação dos agentes sociais no campo das relações raciais, notadamente no interior dos nove governos estaduais e suas respectivas capitais. Após localizar, nos *sites* oficiais, a presença destes organismos, o passo seguinte tem sido constatar seus coordenadores e lideranças. Esta é uma investigação em andamento, no âmbito do Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais, da Universidade Federal do Ceará, Campus avançado do Cariri.

Palavras-chave: Etnicidade. Movimento Social Negro. Governanças.

1 INTRODUÇÃO

O curso de Biblioteconomia, busca capacitar o futuro profissional auxiliando-o a compreender o valor da informação e a reconhecer a importância política, social, econômica e cultural da informação. Assim, objetivamos cooperar para que “seus conhecimentos e técnicas” possam “contribuir para a boa convivência social e para o exercício da cidadania”. (SILVA, 2006, p.5).

Neste sentido, esta pesquisa pode oferecer subsídios para a ampliação de um olhar transformador no atendimento a um dos objetivos do Projeto Político Pedagógico quando preconiza à formação do profissional que para além de dominar as tecnologias da informação possua também “competência humana de saber ver a diversidade da sociedade, procurando tornar a biblioteca, ou unidade de informação, um espaço de convivência social e, portanto, de intercâmbio informacional”. (SILVA, 2006, p.5). Desta forma, um levantamento documental, que utilize as tecnologias da informação, muito auxiliará para que um maior entendimento sobre formas diversas de organização dos movimentos sociais.

Partindo destes pressupostos, é pertinente refletir sobre o campo de atuação da biblioteconomia no contexto da sociedade contemporânea, pois nos faz pensar na interdisciplinaridade, ou seja, na sua contribuição nas diversas áreas do conhecimento. Tendo uma visão ampla de tal área podemos observar que o profissional atuante - bibliotecário- traz novos conceitos e objetivos, concedendo uma concepção de realidade inovadora, realizando diversas tarefas no que compete à gestão da informação, respaldada com o desenvolvimento técnico, científico junto às tecnologias de comunicação.

Ainda como forma de analisar a atuação dos bibliotecários dentro do espaço social, Agarez (2000) discorre sobre esse campo, lembrando que podem estar presentes como profissionais em diferentes tipos de bibliotecas, arquivos, museus, jornais, revistas, apoio à pesquisa, no ensino, além de centros onde se pode agregar informação de um público diverso.

Vale ressaltar que as instituições que contribuem para a formação e capacitação desses profissionais propõem metodologias de ensino adequadas para os mesmos poderem simplificar e minimizar as dificuldades do mundo globalizado, no qual refere à informação. Neste sentido, compreendendo o valor da informação e reconhecendo a importância política, social, econômica e cultural que estabelece subsídios para o

desenvolvimento crítico e intelectual do indivíduo para assim atuar de maneira satisfatória no meio que convive, descrevemos um olhar sobre os movimentos sociais. Então, discutimos inicialmente uma abordagem sobre os movimentos sociais negros como forma de compreender brevemente a sua atuação diante da realidade sócio-política e da confrontação ao contexto racial no Brasil.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS: UMA ABORDAGEM

A categoria “movimento social” é datada e surge a partir de meados do século XIX. Estava situada numa Europa que convivia com a “novidade” do comunismo e do socialismo, além da organização do proletariado na França (GOHN, 1993). Posteriormente, o segundo período do capitalismo, na visão de Santos (1999), dá lugar à emergência do que o autor classifica de “cidadania social”. Esta categoria pode ser traduzida como inserção nas relações de trabalho e dos direitos sociais. Cada um deles auferidos como conquistas dos trabalhadores através de suas entidades organizadas, tais como sindicatos, cooperativas e partidos operários, entre outros. O autor lembra que não se pode falar em cidadania sem levar em consideração que grupos sociais, histórias sociais, direitos e instituições diferenciadas farão com que ela seja plural e multifacetada.

Diversos momentos sócios históricos vão contribuir diretamente para a constituição dos Novos Movimentos Sociais (NMSs). É importante marcar que os movimentos sociais contemporâneos - de juventude, feministas, ambientalistas, etno-nacionalistas ou pacifistas – não provocaram apenas ações de conflito ou questões atinentes à uma forma de luta tradicionalmente empreendida no capitalismo industrial. Eles tornaram visíveis a “ineficiência” das tradicionais formas de representação política diante das novas agendas sociais trazidas por aqueles movimentos. A interferência dos movimentos sociais nas agendas sociais diversas trouxe como resultados mudanças substanciais nas atitudes e pensamentos públicos.

No caso brasileiro, diante das inúmeras teses afirmativas da inexistência de tensões raciais, o movimento social negro transformou-se, ao longo dos tempos, num agente catalisador de ações e atividades voltadas a visibilizar as questões relativas ao racismo e à discriminação racial mostrando a dificuldade de combater o racismo quando este não é reconhecido, como é o caso do Brasil. Schwarcz e Queiroz (1996,

p.213) falam que “aqui, nos deparamos com um racismo não-institucionalizado, submetido, segundo afirma, a um silêncio criminoso, que o torna objeto de segredo e tabu”. Dessa forma, o autor nos lembra que a diferença entre um racismo institucionalizado para um não-institucionalizado é que no primeiro, as relações entre os diferentes segmentos étnicos são explícitas, enquanto no outro, tratar-se-á do “preconceito de ter preconceito”, já que é implícito, fato este constatado na maioria dos países da América do Sul, incluindo o Brasil.

O movimento social negro, cuja história, no pós República pode ser reportada à imprensa negra produzida em São Paulo, na primeira década do século XX, segundo Maio (1999) um dos seus grandes momentos de mudança foi a criação dos Conselhos da Comunidade Negra ou Secretarias de Desenvolvimento da Comunidade Negra, no interior dos governos estaduais ou municipais, em diversas regiões do país, a partir da década de oitenta do século XX. Assim, trataremos agora desta construção, a partir do olhar de seus líderes, pautados em duas obras principais, a saber: O movimento negro e o estado (1983-1987): o caso do Conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo (SANTOS, 2007) e Lideranças Negras (CONTINS, 2005).

3 CONSELHOS DA COMUNIDADE NEGRA: O EXEMPLO PAULISTA COMO UMA DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS PUBLICADAS NO BRASIL

Santos (2007), desenvolve sua obra discorrendo parte da historia do movimento negro até a proposta da Nova República de 1984, apresentando o cenário político das décadas anteriores a este ano. O autor nos oferece um registro que trata da atuação dos negros no caminho que se trilhava em meio às conquistas das forças democráticas, recuperando o desempenho histórico dos mesmos nos acontecimentos que vieram a dar origem ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo. Decorrente disto, o autor centraliza sua obra na criação do primeiro órgão governamental voltado à articulação e implementação de políticas públicas de combate à discriminação racial, empenhado em promover a democratização das relações na sociedade.

Segundo ele após vinte anos de governos militares no Brasil, houve, em outubro de 1982, as primeiras eleições realmente livres, oferecendo aos eleitores cinco partidos

Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Brasileiro, Partido Democrático Socialista e Partido Trabalhista Brasileiro (PT, PMDB, PDT, PDS e PTB) que haviam sido criados apenas dois anos antes. Com a chegada ao poder, o PMDB formula uma plataforma do governo com base na participação da população, por meio da organização de conselhos. Ainda aí a questão racial não era privilegiada.

Vários militantes se reuniam periodicamente para discutirem propostas de maior participação. A criação do Conselho representava um instrumento de participação política a contemplar a comunidade negra, no que diz respeito às reivindicações sobre seus direitos.

O Conselho da Comunidade Negra de São Paulo era composto por dezenove representantes da sociedade civil, da Secretaria de governo, da Secretaria de Economia e Planejamento, da Secretaria de Justiça, dois da Secretaria de Educação, da Secretaria de Promoção Social, da Secretaria de Relações do Trabalho, da Secretaria de Cultura, da Secretaria de Segurança Pública e representantes dos negócios metropolitanos, somando um total de 37 membros. Para cada representante das diversas secretarias, haveria também, um representante da sociedade civil.

A prioridade daquele órgão era, portanto, defender os interesses propagados e coletivos da comunidade negra, inserindo-a nas políticas públicas. Tinha plena condição de fazer indicações junto a programas de governo para incluir a questão das relações raciais, sendo, entretanto, um trabalho de desconstrução permanente da imagem de que não havia discriminação, de enfrentamento e conflitos.

A partir do texto de Santos (2007), vemos que o resultado da institucionalização do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no governo de São Paulo foi um novo desafio para o movimento negro e para o país. Estes passaram à criação de estratégias e ferramentas para o combate à discriminação racial, buscava-se o reconhecimento da existência de discriminação bem como as formas de combatê-la. Vemos, então, que o Conselho da comunidade negra foi referencial para a organização dos negros na cidade de São Paulo, naquela conjuntura. Observe-se, no entanto, que aquela não foi à única experiência neste sentido, diversas outras, em diferentes cidades e estados também tiveram lugar. Desta ordem, nosso tópico seguinte trata da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras – SEDEPRON -, órgão estatal da cidade do Rio de Janeiro, uma outra expressiva referência.

3.1 A CRIAÇÃO DA SEDEPRON E O EXEMPLO DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Os depoimentos sobre a SEDEPRON, em síntese, giram em torno da discussão da necessidade de se haver uma secretaria de estado encarregada especificamente da questão do negro, expondo os benefícios de sua criação, além de críticas sobre sua atuação.

A SEDEPRON – Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras um órgão do governo estadual, criado para a formulação e implementação de políticas públicas de combate à discriminação racial. Visava também ação compensatória em favor das populações discriminadas. Foi criada em março de 1991, pelo governador do estado Leonel Brizola. Posteriormente passou a se chamar SEAFRO – Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras. Realizou fóruns e encontros na capital e no interior, criou a primeira delegacia especial para crimes de racismo – junto às Secretarias de Justiça e Segurança.

Várias críticas de líderes dos movimentos negros no Rio de Janeiro surgiram quanto à criação e atuação da Secretaria do Estado, provenientes principalmente de dúvidas sobre a necessidade e as conseqüências de se criar uma secretaria de Estado direcionada especificamente à questão do negro. Alguns, como o ativista Carlos Alberto Medeiros, afirma-se sobre a necessidade de se exigir mais do Estado, evitando o paternalismo. Atenta à necessidade de se dar um tratamento específico à questão do negro, para que aja possibilidade de equivalência na disputa de oportunidades (CONTINS, 2005).

Contrários a esta colocação, Rufino e Semog levaram em conta os problemas de se criar uma Secretaria específica à questão do negro, pois isso resultaria na omissão das demais secretarias. Ambos afirmam que isso é uma espécie de “guetificação”, pois, - comenta Semog exclui-se a responsabilidade do partido com questão racial, na medida em que oferece esse “gueto” para assumi-la. Mendes atenta à importância da criação da Secretaria – onde deu total apoio – na medida em que proporcionou uma nova experiência junto ao aparelho de Estado, embora admita que a falta de prática, de conhecimento e a cooptação do pessoal que a compunha, tornou-a, segundo ele, uma experiência mal sucedida. Concordando, em partes, com essa consideração, Davi

afirma que no início, a Secretaria de Negritude vivenciou uma fase profundamente nobre e rica, que, de acordo com sua opinião, foi quando em certa ocasião conseguiu envolver Secretaria Civil, Secretaria Militar, e várias outras na mesma discussão. Mas brigas políticas internas em defesa de interesses particulares, além da disputa de poder interno e de certo favoritismo da Secretaria em assumir pra si proposições que surgiram da parceria com outras entidades, acabou fazendo dela um instrumento de enfeite. (CONTINS, 2005).

Além disso, justamente por se tratar de um órgão do Estado, a Secretaria se limita a interferir com políticas definidas em defesa da questão racial, pois, o Estado não pode combater o Estado afirma Santos (CONTNS, 2005).

Assim, que tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro – embora em momentos sócios históricos diversos, ambas as iniciativas provocaram reações pró e contra o seu estabelecimento. No entanto, esta é uma estratégia que tem frutificado em diversas regiões, notadamente no nordeste do país, como aponta a pesquisa que estamos desenvolvendo e que abordaremos no tópico a seguir.

4 OS CONSELHOS DO NORDESTE

A primeira vez em que a academia brasileira se aproximou dos afro-brasileiros, vendo-os como um grupo de reivindicação coletiva, foi no Projeto UNESCO, na década de cinquenta. Ao se voltar para as organizações negras, os pesquisadores puderam constatar a ocorrência de discriminações raciais, no Brasil. Paralelamente, um dos aspectos mais expressivos da mudança no padrão das relações raciais nas últimas décadas, é a existência de numerosas iniciativas que se propõem a contribuir para a melhoria das condições de vida das populações afro brasileiras. Embora já haja alguns estudos, não há até o momento uma análise de abrangência regional, a fim de orientar na elaboração e implementação de novas ações. Daí a relevância de nosso olhar investigativo.

Nesta etapa da pesquisa, fizemos um levantamento, ainda inicial, para observar a existência ou não de representações da comunidade negra, no âmbito governamental dos estados e capitais da região. No constante à região Nordeste, alvo de nosso olhar nesta pesquisa, observamos em pesquisas, último levantamento em abril e maio 2009, pudemos constatar a existência de conselhos e secretarias em âmbito estadual. Estão

localizados nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e do Rio Grande do Norte. E nas capitais registramos até o momento secretarias e ou conselhos em São Luiz, Fortaleza, Salvador e Aracaju.

Neste primeiro momento, notadamente no interior dos conselhos estaduais e municipais. baseando-nos nas informações constantes de seus sites, páginas *Web* e alguns coordenadores com os quais tivemos contatos por telefone. Interessam-nos avaliar, a partir deste levantamento, as políticas públicas levadas a efeito por instâncias governamentais, interrogando de que maneira a ação destes grupos tem interferido na construção de identidades sociais afro-descendentes.

Interessante observar que muitos dos sites pesquisados não foram acessados através de *links* diretos das páginas oficiais dos governos, ou seja, no que se refere à mídia oficial, alguns destes conselhos ou secretarias funcionava como um órgão separado do governo onde eles operam e são abrigados. Desta forma, às tabelas que seguem, constam informações a respeito destes órgãos e secretarias encontrados.

Estados	Secretarias ou conselhos que tratam da questão racial
Alagoas	Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos: Núcleo Afro-Quilombola;
Bahia	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos: Conselho da Comunidade Negra.
Maranhão	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES): Superintendência de Ações de Proteção Social Básica / Supervisão de Ações Afirmativas; Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)
Paraíba	Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra
Pernambuco	CEPIR – Coordenadoria Especial de Promoção da Igualdade Racial
Piauí	Conselho Estadual da Pessoa Negra
Rio Grande do Norte	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania: Coordenadoria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial.

Fonte: ver referências

Capitais	Secretarias e ou Conselhos
Alagoas/ Maceió	Secretaria Especializada de Defesa e proteção das minorias
Bahia/ Salvador	SEMUR – Secretaria Municipal da Reparação
Maranhão/São Luiz	COMAFRO - Conselho Municipal das Populações Afro- descendentes.
Ceará /Fortaleza	COPPIR – Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sergipe/Aracaju	ASPIR - Assessoria Técnica de Políticas de Igualdade Racial

Fonte: ver referências

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do racismo provoca reações que podem ser sentidas na forma como se organizam os movimentos anti-racistas no país como, por exemplo, os Conselhos e as Secretarias existentes no interior das máquinas governamentais nas três esferas. Neste momento, temos a SEPPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – que atua em abrangência nacional, criada pelo governo federal em 21 de março de 2003, como forma de reconhecimento pelas lutas históricas do movimento negro brasileiro.

As secretarias especiais, como é o caso da SEPPPIR, são órgãos de assessoramento à presidência da República, possuindo status de ministério. Sua missão é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país, coordenando, estimulando, elaborando conjuntamente com outros e monitorando a execução de políticas que promovam a igualdade racial, tendo como principal vertente a formulação das ações afirmativas, já que, segundo ela, o vetor para aquelas políticas acontecerem passa por essa formulação.

Esta é uma experiência que data de décadas anteriores. No caso dos Conselhos e/ou Secretarias do Nordeste, às quais tivemos acesso até este momento da pesquisa, pudemos constatar a ausência, em grande maioria, de políticas mais abrangentes, no que concerne à população afro descendente. Ainda se observa um emaranhado de ações episódicas e ligadas a programas e ou projetos com longevidade ainda a ser definida pelos gestores públicos, aqui analisados. Vimos também, até aqui, que as atividades levadas a efeito podem ou não ser implementadas pelo governo seguinte, já que em poucas experiências, tem sido efetivas nos organogramas oficiais postados nas páginas *Web*, sejam estes municipais ou estaduais.

REFERÊNCIAS

AGAREZ, Luciene Damico. **O bibliotecário**. [s.l.: s. n.], [s.d.200-?].

ASSESSORIA TÉCNICA DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL. Disponível em: <<http://www.aracaju.se.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2009.

CONSELHO ESTADUAL DA PESSOA NEGRA. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/matéria.php?id=18148>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

CONSELHO ESTADUAL DE PARTICIPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA. Disponível em: <http://www.secap.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=28&Itemid=38>. Acesso em: 21 de abr. 2009.

CONSELHO MUNICIPAL DAS POPULAÇÕES AFRO-DESCENDENTES. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br>>. Acesso em: 02 de maio 2009.

CONTINS, Marcia. **Lideranças Negras**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

COORDENADORIA ESPECIAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/fohape/materia.asp?data_edicao=15/09/2007&mat=61220>. Acesso em: 20 de abr. 2009.

GOHN, Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

LEVINE, M. P; PATAKI, T. **Racismo em mente**. São Paulo: Madras, 2005.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14. n. 41. out. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n41/1756.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o estado (1983-1987):** o caso do Conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

SCHERER – WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais:** um ensaio de interpretação Sociológica. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1987.

SCHWARCZ, Lília Moriz; QUEIROZ, Renato da Silva. **Raça e diversidade:** estudos feministas. São Paulo: Edusp. 1996. p. 213 – 229.

SECRETARIA DA MULHER E DA CIDADANIA. Disponível em: <<http://www.secretariadamulhercidadania.al.gov.br>>. Acesso em: 08 de maio 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br>>. Acesso em: 10 de maio 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE REPARAÇÃO. Disponível em: <<http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br>>. Acesso em: 15 de maio 2009.

SILVA, Antonio Wagner Chacon (Coord.). **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia:** unidade avançada do Cariri. Fortaleza: UFC, 2006.